



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2020

PRAZO: de 07 de julho de 2020 a 06 de julho de 2021

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **PEDREIRA SANTIAGO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua 13 de Maio, s/n - São Miguel, na cidade de Chopinzinho (85.560-000), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.744.134/0001-41, neste ato representada pelo Sr. **Moises de Gasperin**, portador do CPF sob o nº 518.634.809-00 e RG nº 3.519.935-7, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2020**, do tipo menor preço por ITEM, para o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), MASSA FINA"**, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Parágrafo Primeiro: A presente Ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), MASSA FINA"**, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	600,0	ton	3836	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q), MASSA FINA, FAIXA "F" DO DER	PEDREIRA SANTIAGO	398,00	238.800,00

(duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de 07 de julho de 2020 a 06 de julho de 2021**.

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

Parágrafo Primeiro: As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado do fornecimento dos produtos e consequentemente do seu pagamento.

Parágrafo Segundo: A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

Parágrafo Segundo: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Parágrafo primeiro: Os produtos, objeto desta contratação, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, em local a ser definido pelo Departamento solicitante, dentro do perímetro urbano do Município de Coronel Vivida.

Parágrafo segundo: O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.

Parágrafo terceiro: A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

Parágrafo quarto: Os produtos desta licitação deverão ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da Detentora as despesas de Transporte, carga e descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

Parágrafo quinto: O recebimento dos produtos passará por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas no Termo de Referência, para a aceitação definitiva.

Parágrafo sexto: A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão válidas para esta licitação.

Parágrafo sétimo: O Município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas neste Termo de Referência, ou que seja considerado inadequado pelo Município.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão válidos para esta licitação.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Segundo: Ao município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no presente Edital, ou que seja considerado inadequado pelo município.

Parágrafo Terceiro: Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

Parágrafo Segundo: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

Parágrafo Terceiro: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

Parágrafo Primeiro: Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

Parágrafo Segundo: Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

Parágrafo Terceiro: Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

Parágrafo Quarto: Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Parágrafo Quinto: Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Sexto: Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

Parágrafo Sétimo: Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

Parágrafo Oitavo: Os materiais adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.

Parágrafo Nono: Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Décimo: Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.

Parágrafo Décimo Primeiro: A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.

Parágrafo Décimo Segundo: Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

Parágrafo Décimo Terceiro: Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

Parágrafo Décimo Quarto: Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.

Parágrafo Décimo Quinto: Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.

Parágrafo Segundo: Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Parágrafo Terceiro: Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

Parágrafo Quarto: Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Parágrafo Quinto: Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

Parágrafo Sexto: Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.

Parágrafo Sétimo: Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: Realizar rigorosa conferência das características do serviço executado, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

Parágrafo Nono: O Departamento de Administração será responsável pela prática de todos os atos de controle do registro de preços.

Parágrafo Décimo: Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento responsável.

Parágrafo Segundo: As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Terceiro: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

Parágrafo Quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



“6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios;**

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior.”

Parágrafo Quinto: Empresas que não apresentarem NF-e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo Primeiro: Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, correrão por conta dos recursos das dotações orçamentárias específicas abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
08/01	Departamento de Obras e Serviços Urbanos	08.001.26.451.0029.1.052	3.3.90.30.54	000	1041
08/02	Departamento de Viação	08.002.26.782.0032.2.057	3.3.90.30.54	000	1042

Parágrafo Segundo: As despesas de outros órgãos ou entidades do CONTRATANTE que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao Diretor de Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto nº 6.821, de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

Parágrafo Segundo: A fiscalização da ata ficará a cargo do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, cabendo aos fiscais, o Servidor Sr. Atalibio Alves Antunes, matriculado sob nº 1/9 e a Servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazarri, designada pelo Decreto nº 6.835, de 27 de maio de 2020, a responsabilidade pelo acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

I - O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Parágrafo Terceiro: O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.

Parágrafo Quarto: O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo Quinto: A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

Parágrafo Sexto: A fiscalização de que trata cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Sétimo: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Oitavo: Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

Parágrafo Nono: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

Parágrafo Segundo: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo Quarto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

II - Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Parágrafo Segundo: Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

Parágrafo Primeiro: A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Segundo: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da detentora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.

II - Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da detentora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.

a) O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Quinto: Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo Sexto: A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da assessoria jurídica do Município de Coronel Vivida – PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebradas com a Administração Pública Municipal.

I - Os licitantes devem e a detentora deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata de registro de preços;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução da ata de registro de preços;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Segundo: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de preços em questão.

Parágrafo Terceiro: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Quarto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Presencial nº 57/2020** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no subitem anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

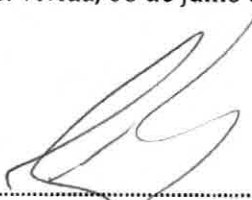
Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 06 de julho de 2020.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Moises de Gasperin
Pedreira Santiago Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência, o **"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q.) MASSA FINA"**, conforme especificações e exigências descritas abaixo.

1.2. Da escolha pelo registro de preços:

1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de serviços/bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

1.2.2. Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações das peças nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

1.2.3. A Adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela conveniência da aquisição parcelada dos bens para atender as demandas dos diversos departamentos do Município, uma vez que não será possível definir previamente, com exatidão, o quantitativo a ser demandado pela Administração.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. As aquisições dos produtos objeto deste Termo de Referência serão destinadas a realização de recuperação paliativa da pavimentação asfáltica em ruas do perímetro urbano da cidade, chamada de "operação tapa-buracos".

Justifica-se a escolha do Registro de Preços, pois em muitas ruas da cidade a pavimentação asfáltica é antiga e o seu prazo de validade já venceu. Com a ocorrência de chuvas constantes e com o aumento de veículos trafegando diariamente por estas vias os danos causados nesta pavimentação são de grande monta. Como forma de minimizar os problemas, já que a pavimentação total demanda de altas cifras e o município não tem, na maioria das vezes condições financeiras para investimentos no setor, a solução mais econômica e imediata é a recuperação, através da operação tapa-buracos. Esta medida visa também garantir a segurança, evitando acidentes e danos aos veículos que circulam pela cidade. Fizemos a análise do saldo do ano anterior, e o item 01, 02, 03 manteve-se na mesma quantidade, pois não é possível definir previamente quando e qual a quantidade exata será utilizado, devido a constante manutenção das ruas do perímetro urbano da cidade.

3 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os produtos abaixo relacionados com as seguintes quantidades e características mínimas:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	1	600,0	ton	3836	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (C.B.U.Q.), MASSA FINA, FAIXA "F" DO DER	PEDREIRA SANTIAGO	398,00	238.800,00

(duzentos e trinta e oito mil e oitocentos reais)

4 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1. Os produtos, objeto desta contratação, deverão ser entregues no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, em local a ser definido pelo Departamento solicitante, dentro do perímetro urbano do Município de Coronel Vivida.

4.2. O objeto desta licitação terá seu preço registrado pelo prazo de 12 (doze) meses. As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando o município a contratá-las.

4.3. A empresa vencedora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, observado os limites máximos estimados.

4.4. Os produtos desta licitação deverão ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da Detentora as despesas de Transporte, carga e descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.5. O recebimento dos produtos passará por análise dos mesmos, por servidor, que deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas no Termo de Referência, para a aceitação definitiva.

4.6. A Detentora deverá apresentar para aprovação no Município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. Ao Município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, as quais somente serão válidas para esta licitação.

4.7. O Município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas neste Termo de Referência, ou que seja considerado inadequado pelo Município.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento competente.

5.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

5.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.

5.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1.1 destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos ***Municípios;***

6.2.2 com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3.3 de comércio exterior."

5.5. Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

6.1. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de cobrar da DETENTORA e a DETENTORA obriga-se a fornecer ao MUNICÍPIO toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta ata de registro de preços, bem como a facilitar ao MUNICÍPIO a fiscalização das entregas dos produtos ora contratados.

6.2. O MUNICÍPIO reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a ata de registro de preços, caso a DETENTORA desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.

6.3. A fiscalização do MUNICÍPIO não diminui ou substitui as responsabilidades da DETENTORA, decorrente de obrigações aqui assumidas.

6.4. O MUNICÍPIO poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento do fornecimento dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

6.5. Conforme portaria nº 08/2018, caberá a gestão da Ata de Registro de Preços ao Diretor de Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Sr. Adenilson Adão Menegussi, nomeado através do Decreto nº 6.821, de 27 de maio de 2020, a quem compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas nessa Ata.

6.6. A fiscalização da ata ficará a cargo do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, cabendo aos fiscais, o Servidor Sr. Atalibio Alves Antunes, matriculado sob nº 1/9 e a Servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazarri, designada pelo Decreto nº 6.835, de 27 de maio de 2020, a responsabilidade pelo acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata.

6.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do MUNICÍPIO, não elide nem diminui a responsabilidade da DETENTORA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do MUNICÍPIO ou do servidor designado para a fiscalização.

6.8. Ao MUNICÍPIO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



6.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a DETENTORA, por ocasião da assinatura da ata, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta ata, para representá-la sempre que for necessário.

Coronel Vivida, 06 de julho de 2020.

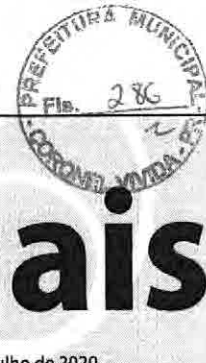

.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Moisés de Gasperin
Pedreira Santiago Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....



Publicações Legais

Caderno Integrante da Edição nº 7682 | Pato Branco, 18 e 19 de julho de 2020

Este espaço é destinado a publicação de editais públicos ou privados que tem como finalidade tornar público as informações a cerca dos atos e fatos ocorridos, dando transparência as ações dos órgãos públicos e das empresas. Os leitores podem acompanhar nos editais toda e qualquer medida adotada pelas prefeituras, câmaras municipais, empresas de economia mista, autarquias, entidades, associações, instituições, empresas e outras denominações que tenham a necessidade de tornar públicos seus atos.

EDITAL DE LITIGACÃO EXTRAJUDICIAL ON-LINE - Lei 9.354/99

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

com sede na Rua Tapajós, nº 44, Centro, Pato Branco/PR, as decisões da assembleia da sociedade de capital fechado, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia, em virtude da falta de comparecimento dos membros da assembleia.

1ª SESSÃO: 07/08/2020 às 10:00 horas (Longo tempo inferior à avaliação).
2ª SESSÃO: 09/08/2020 às 10:00 horas (Sem prazo para a avaliação, sendo que o prazo para a avaliação é de 15 dias, contados a partir da data da 2ª sessão).

LOCAL: O local será definido posteriormente em ato do Juiz, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Pato Branco, Paraná.

FAZ SABER a todos que devidamente notificados pelo COOPERATIVA DE CREDITO INTEGRADO - SÍNDICO UNICOR INTEGRADO, inscrita no CNPJ sob nº 07.822.123/0001-08.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 83/2020

Modalidade de licitação: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020

O Município de Palmas, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO

aos interessados que realizará processo de licitação na

modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020, e conforme

especificações deste certame nas condições fixadas no Edital e

seus anexos, sendo a licitação do tipo "MENOR PREÇO POR

ITEM".

INÍCIO DA SESSÃO: 09:00 do dia 03/08/2020;

CREDENCIAMENTO: Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

Para julgamento e classificação das propostas será adotado o

critério de menor preço por item (considerando o preço total do

item, ou seja a quantidade x o preço unitário), observadas as

especificações técnicas definidas no Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação

de serviços de locação de horas máquinas COM OPERADOR,

conforme especificações do Termo de Referência em anexo.

Retirada do edital, Local para informações: Divisão de Licitações

- Avenida Clevelandia, nº 521, Centro, Palmas - PR, telefone

(46) 3263-7000 - Site: www.pmp.pr.gov.br e www.licitacoes-

e.com.br.

Palmas, 26/06/2020

Kosmos Panayotis Nicolaou

Prefeito Municipal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
2º REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PATO BRANCO-PR
LEONARDO LUIZ SELBACH - OFICIAL TITULAR

EDITAL DE LOTEAMENTO

LEONARDO LUIZ SELBACH, Oficial Titular do 2º Serviço de Registro Geral de Imóveis da

Comarca de Pato Branco-PR, FAZ PÚBLICO, para ciência de todos os interessados, em

cumprimento ao disposto no art. 19 da Lei nº 6.766/79, que LDO CHIOQUETTA, CPF nº

071.413.009-53, e esposa MARIA CARMEM PAULOGIA CHIOQUETTA, CPF nº 309.084.769-93,

CHIEFUTUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 15.061.421/0001-24, JVO

EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 10.143.466/0001-06, LEONARDO

CHIOQUETTA, CPF nº 008.867.059-75, e esposa DAIANA COVATTI DA SILVA MATOS

CHIOQUETTA, CPF nº 048.043.539-43, e esposa EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

ERRELLI, CNPJ nº 15.727.070/0001-13 e MARCANTE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS LTDA, CNPJ

nº 13.870.850/0001-01, requerem, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.766/79, o registro de

loteamento do imóvel matriculado sob nº 21.444, constante no Livro 2 desta Servidão Registral,

com a área superficial de 104.027,00m², situado no "Imóvel Lido Chioquetta e Outros", na Paróia

Urbana do Município de Pato Branco-PR, denominado "LOTEAMENTO VÔ ALBINO

CHIOQUETTA", tendo sido o projeto aprovado pelo Município de Pato Branco-PR, em forma de

Alvará nº 21.225/019 de 24/04/2019 e da Carta de Aprovação do Loteamento nº 01/2019, de

20/02/2019, com promulgação da aprovação pela municipalidade em 10/03/2020, conforme

Carteira nº 17/2020 da Secretaria de Planejamento Urbano do Município de Pato Branco-PR, sua

área total dividida em: Quadra 1893, com 1.192,78m², composta por 07 lotes; Quadra 1718,

com 403,50m², composta por 01 lote; Quadra 1736, com 3.342,30m², composta por 06 lotes;

Quadra 2147, com 5.640,09m², composta por 14 lotes; Quadra 2148, com 5.024,59m², composta

por 13 lotes; Quadra 2149, com 5.475,50m², composta por 14 lotes; Quadra 2150, com

10.545,53m², composta por 26 lotes; Quadra 2151, com 5.008,19m², composta por 12 lotes;

Quadra 2155, com 8.144,36m², composta por 08 lotes. Área total do lote: 50.777,81m². Área

Remanescente do imóvel Chioquetta e outros: 17.788,11m². Área de Proteção do Aeródromo 1

(AP-AR) 12.225,02m². Área de Preservação de Recursos Hídricos (APRH) 5.893,50m². Área

total ocupada pelas ruas existentes: 17.642,56m², denominadas de: Prolongamento de Rua

Ernesto Ruchli, Prolongamento de Rua Martin Afonso de Souza, Prolongamento de Rua Jarí Cornei,

Rua João Batista Soares, Rua Miguel Ballar, Rua Rosa Haack Nezel, Rua Olafir Valentim

Donoski, Da área de 104.027,00m² a ser loteada, a área de 17.642,56m² do Pato Branco-PR, sua

área total dividida em: Quadra 1893, com 1.192,78m², composta por 07 lotes; Quadra 1718,

com 403,50m², composta por 01 lote; Quadra 1736, com 3.342,30m², composta por 06 lotes;

Quadra 2147, com 5.640,09m², composta por 14 lotes; Quadra 2148, com 5.024,59m², composta

por 13 lotes; Quadra 2149, com 5.475,50m², composta por 14 lotes; Quadra 2150, com

10.545,53m², composta por 26 lotes; Quadra 2151, com 5.008,19m², composta por 12 lotes;

Quadra 2155, com 8.144,36m², composta por 08 lotes. Área total do lote: 50.777,81m². Área

Remanescente do imóvel Chioquetta e outros: 17.788,11m². Área de Proteção do Aeródromo 1

(AP-AR) 12.225,02m². Área de Preservação de Recursos Hídricos (APRH) 5.893,50m². Área

total ocupada pelas ruas existentes: 17.642,56m², denominadas de: Prolongamento de Rua

Ernesto Ruchli, Prolongamento de Rua Martin Afonso de Souza, Prolongamento de Rua Jarí Cornei,

Rua João Batista Soares, Rua Miguel Ballar, Rua Rosa Haack Nezel, Rua Olafir Valentim

Donoski, Da área de 104.027,00m² a ser loteada, a área de 17.642,56m² do Pato Branco-PR, sua

área total dividida em: Quadra 1893, com 1.192,78m², composta por 07 lotes; Quadra 1718,

com 403,50m², composta por 01 lote; Quadra 1736, com 3.342,30m², composta por 06 lotes;

Quadra 2147, com 5.640,09m², composta por 14 lotes; Quadra 2148, com 5.024,59m², composta

por 13 lotes; Quadra 2149, com 5.475,50m², composta por 14 lotes; Quadra 2150, com

10.545,53m², composta por 26 lotes; Quadra 2151, com 5.008,19m², composta por 12 lotes;

Quadra 2155, com 8.144,36m², composta por 08 lotes. Área total do lote: 50.777,81m². Área

Remanescente do imóvel Chioquetta e outros: 17.788,11m². Área de Proteção do Aeródromo 1

(AP-AR) 12.225,02m². Área de Preservação de Recursos Hídricos (APRH) 5.893,50m². Área

total ocupada pelas ruas existentes: 17.642,56m², denominadas de: Prolongamento de Rua

Ernesto Ruchli, Prolongamento de Rua Martin Afonso de Souza, Prolongamento de Rua Jarí Cornei,

Rua João Batista Soares, Rua Miguel Ballar, Rua Rosa Haack Nezel, Rua Olafir Valentim

Donoski, Da área de 104.027,00m² a ser loteada, a área de 17.642,56m² do Pato Branco-PR, sua

área total dividida em: Quadra 1893, com 1.192,78m², composta por 07 lotes; Quadra 1718,

com 403,50m², composta por 01 lote; Quadra 1736, com 3.342,30m², composta por 06 lotes;

Quadra 2147, com 5.640,09m², composta por 14 lotes; Quadra 2148, com 5.024,59m², composta

por 13 lotes; Quadra 2149, com 5.475,50m², composta por 14 lotes; Quadra 2150, com

10.545,53m², composta por 26 lotes; Quadra 2151, com 5.008,19m², composta por 12 lotes;

Quadra 2155, com 8.144,36m², composta por 08 lotes. Área total do lote: 50.777,81m². Área

Remanescente do imóvel Chioquetta e outros: 17.788,11m². Área de Proteção do Aeródromo 1



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida



Segunda-Feira, 20 de Julho de 2020

Ano III – Edição Nº 0505

Página 4 / 006

09	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	11,99	119,90
10	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	14,99	299,80
11	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	29,80	298,00
12	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	15,80	158,00
13	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	27,80	278,00
14	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	9,50	950,00
15	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	17,00	340,00
16	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	24,80	248,00
17	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	10,00	100,00
18	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	70,00	1.400,00
19	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	15,00	150,00
20	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	19,80	396,00
21	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	14,80	148,00
22	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	14,80	148,00
23	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	65,00	1.950,00
24	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	30,00	900,00
25	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	23,80	476,00
26	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	177,99	1.779,90
27	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	18,00	360,00
28	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	59,90	2.995,00
29	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	23,99	1.199,50
30	JOSE ALBERTO DIAS DA COSTA JUNIOR	5,30	21.200,00
31	JOSE ALBERTO DIAS DA COSTA JUNIOR	6,40	6.400,00
32	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	11,00	550,00
33	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	14,75	737,50
34	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	14,75	1.475,00
35	IVO DALPIZOL ME	14,20	17.040,00
36	IVO DALPIZOL ME	9,85	985,00
37	IVO DALPIZOL ME	10,80	5.400,00
38	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,85	2.955,00
39	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,90	3.960,00
40	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,90	1.980,00
41	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	26,75	5.750,00
42	IVO DALPIZOL ME	9,70	1.940,00
43	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,75	2.925,00
44	IVO DALPIZOL ME	13,87	693,50
45	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	23,90	1.195,00
46	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	10,70	2.140,00
47	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,80	490,00
48	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	5,50	550,00
49	IVO DALPIZOL ME	10,87	4.348,00
50	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	13,75	687,50
51	IVO DALPIZOL ME	10,85	6.510,00
52	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	9,80	1.960,00
53	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	28,90	1.445,00
54	IVO DALPIZOL ME	3,95	197,50
55	IVO DALPIZOL ME	7,85	3.140,00
56	IVO DALPIZOL ME	4,89	978,00
57	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	12,80	1.280,00
58	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	12,90	1.290,00
59	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	16,50	165,00
60	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	24,00	240,00
61	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	26,50	265,00
62	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	23,50	235,00
63	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	16,80	168,00
64	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	19,80	198,00
65	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	13,50	1.350,00
66	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	19,00	950,00
67	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	17,80	356,00
68	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	28,00	560,00
69	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	31,00	620,00
70	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	46,00	460,00
71	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	23,80	1.190,00
72	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	23,00	1.150,00
73	IVO DALPIZOL ME	8,00	800,00
74	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	7,40	2.980,00
75	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	12,99	2.598,00
76	IVO DALPIZOL ME	3,50	700,00
77	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	11,89	2.378,00
78	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	14,90	745,00
79	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	4,90	490,00
80	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	3,99	399,00
81	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	39,80	1.194,00

82	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	39,89	1.196,70
83	IVO DALPIZOL ME	12,00	600,00
84	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	14,89	744,50
85	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	59,49	594,90
86	PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	9,79	489,50
87	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	11,00	550,00
88	IVO DALPIZOL ME	14,50	725,00
89	IVO DALPIZOL ME	13,65	5.460,00
90	JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA	24,50	2.450,00
91	JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA	11,40	1.140,00
93	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	12,00	1.200,00
94	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	1,70	850,00
95	VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	19,80	990,00
96	MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	64,90	19.470,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
IVO DALPIZOL ME	80.515.984/0001-82	49.517,00
JB COMERCIO DE INSUMOS E SUBSTRATOS LTDA	19.157.862/0001-50	3.590,00
JOSE ALBERTO DIAS DA COSTA JUNIOR	06.316.654/0001-05	27.600,00
MAURI MODESTO CAGNINI-PLANTAS-ME	22.940.135/0001-70	52.272,50
PALMARIUM SOLUCOES CIVIS, AMBIENTAIS E PAISAGISTICAS LTDA	26.582.119/0001-03	22.156,80
VIVEIRO PRIMAVERA LTDA ME	04.045.968/0001-95	20.173,00

Nas condições de sua proposta e do edital.

Valor total estimado da licitação é de R\$ 175.309,30 (cento e setenta e cinco mil trezentos e nove reais e trinta centavos).

Durante a análise das propostas os representantes das empresas questionaram que o item 92, PEDRA PARA DECORACAO, COR BRANCA, TAMANHO GRANDE, EM PACOTE DE 1 KG não existe. Somente existe pacote de 15 kg de pedra que deve ter a descrição dolomita. Portanto, foram desclassificadas as propostas do item 92, sendo que o setor requisitante deve refazer a especificação com uma especificação que exista atualmente no mercado. Coronel Vivida, 16 de julho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

RESULTADO DA LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2020

DATA: 18/06/20 ABERTURA: 15/07/20 HORÁRIO: 08:00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS PARA ATENDER FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.
Expirado o prazo recursal e considerando que a única proponente que apresentou proposta foi desclassificada, pois estava em desacordo com o estabelecido no edital, no item 9, subitem 9.4 e item 6, subitem 6.5; declaro a presente licitação FRACASSADA. Coronel Vivida, 16 de julho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2020

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FECHAMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO NO ATERRO PARA RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E INSTALAÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO NO ACESSO A USILIXO. LOCAL E HORÁRIO: Praça Ângelo Mezzomo, s/n, credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09:00h do dia 31 de julho de 2020. Abertura dos envelopes: as 09:01h do dia 31 de julho de 2020. VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 15.521,86. Prazo de execução: 60 dias. O edital poderá ser obtido junto ao Município de Coronel Vivida, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas ou através do site www.coronelvivida.pr.gov.br. Informações (46) 3232-8300. Coronel Vivida, 17 de julho de 2020. Ademir Antônio Azillero, Presidente da CPL.

CONTRATOS

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 57/2020. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), massa fina. Prazo: 12 meses, de 07.07.2020 a 06.07.2021. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
91/2020	BRASIL SUL ASFALTOS EIRELI	20.053.058/0001-11	7.800,00
92/2020	PEDREIRA SANTIAGO LTDA	77.744.134/0001-41	238.800,00

Coronel Vivida, 06 de julho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.